

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO HUMBERTO  
MARTINS CONSELHEIRO CORREGEDOR DO EGRÉGIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Recd n.º 23.10.2019  
Ministro Humberto Martins  
juiz auxiliar do Conselho  
Nacional de Justiça

**ABAIXO-ASSINADO**

Vimos, por meio deste abaixo-assinado, requerer que sejam inspecionados os gastos com pagamentos de verbas aos magistrados, principalmente relativos à conversão em pecúnia da licença-prêmio, com aplicação retroativa e sem observação de prescrição.

Os representantes dos servidores tentam obter documentos e informações desde o dia 08/08/201 por meio do pedido administrativo doc n.º 012.0.097.0039/2019, e diante da inércia do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, foi necessário acionar o CNJ no dia 28/08/2019 por meio do pedido de providencias n.º 0006380-05.2019.2.00.0000.

Todavia, mesmo intimado para prestar as informações solicitadas, o TJ/MS permanece ocultando a(s) decisão(ões) administrativa(s) que concederam o questionável pagamento decorrente da aplicação retroativa da conversão em pecúnia da licença-prêmio à magistratura, bem como, oculta o teor do provimento n.º 356/2015-CSM, não publicado, que regulamentou os pagamentos milionários que acabaram com as reservas financeiras do TJ/MS.

A dilapidação das verbas do Tribunal tem gerado prejuízos na prestação do serviço jurisdicional, ocasionando cortes e diminuição na sua estrutura, contratos e serviços, bem como o desrespeito aos direitos dos servidores, além de impedir investimentos para melhoraria o trabalho prestado à população.

Por todo exposto, os servidores e cidadãos que subscrevem a seguir, requerem a determinação de fornecimento de documentos e informações de interesse público e a inspeção dos gastos mencionados, bem como providências urgentes quanto ao que for constatado pelo E. CNJ, a fim de cessar e restituir o prejuízo ocorrido.

Pede-se deferimento.

Campo Grande/MS, 23 de outubro de 2019.